# **Uma imagem contendo Ícone Descrição gerada automaticamenteUniversidade de São Paulo**

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Departamento de História

Prof. Dr. Rodrigo Goyena Soares

e-mail: [rodrigo.goyenasoares@usp.br](mailto:rodrigo.goyenasoares@usp.br)

1º semestre 2024 – FLH0341

# **História do Brasil Império**

# **History of the Brazilian Empire**

**Unidade I – A formação do Brasil Independente**

1. A reação liberal à formação centralizadora do Império (1826-1836)

* CARVALHO, José Murilo de. *A* construção *da ordem. A elite política imperial.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. Capítulo 1: “Elites políticas e construção do Estado” ; Capítulo 2: “A elite política nacional: definições”.
* BASILE, Marcello. “O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840)”. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo. O Brasil Imperial, 1830-1870. Vol II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

**I] A independência**

* Visões historiográficas clássicas
  + Oliveira Lima (década de 1900):
    - É fetichismo historiográfico associar independência brasileira à emancipação espanhola.
      * *Desquite amigável.*
    - Grito de Ipiranga somente consolidaria situação latente.
      * Independência começa em 1808.
  + José Honório Rodrigues (década de 1970):
    - Revolução e contrarrevolução:
      * Tendência histórica, desde a colônia, à conciliação.
        + Seria *modus operandi* das elites brasileiras, para evitar choques de interesses e conflitos violentos e abertos com o povo.
        + Resultado dessa tendência foi impedimento do povo como protagonista da história brasileira.
        + Mas! Isso não quer dizer que história foi pacífica:

Há conflitos que não se arranjaram pela conciliação.

* + - * + Ainda assim, nunca teria havida revolução vitoriosa no Brasil.

Independência:

Houve movimento popular inicial, jacobino e nacionalista, embasado em sentimentos nacionais brasileiros pré-existentes, contrário a Portugal e sustentado pelas forças armadas; mas logo sufocado por uma contrarrevolução elitista, que, vitoriosa, significou o triunfo da conservação.

Independência não foi desquite amigável.

Houve ruptura em 1822, porque Cortes tinham objetivo de recolonizar o Brasil.

* + Maria Odila Leite Dias (década de 1970):
    - Independência é processo, e não ruptura.
    - Continuidade das elites dirigentes antes e depois da Independência.
      * Formação coimbrã.
    - *“As elites coloniais viveram mais em conivência com as autoridades portuguesas do que em conflito. É o que torna sui generis o processo de separação de Portugal, que se deu quase a contragosto”.*

Gráfico, Gráfico de linhas

Descrição gerada automaticamente

* Causas aparentes da Independência:
  + Janeiro de 1822: Dom Pedro forma Conselho Ministerial, presidido por José Bonifácio de Andrada e Silva, membro da facção conservadora brasileira, para aproximar o Rio de Janeiro às demais províncias.
  + Gonçalves Ledo denuncia excessos das Cortes portuguesas:
    - *Revérbero Constitucional Fluminense.*
  + Maio de 1822: “Cumpra-se”.
  + Junho de 1822: convocação de assembleia de deliberação, para evitar fragmentação do Brasil em provinciais rivais.
  + Agosto de 1822: Dom Pedro proclama inimigas as tropas portuguesas que alcançassem o Brasil sem consentimento do regente.
  + Ainda em agosto de 1822: irrompe, em São Paulo, revolta popular.
    - Nega-se condição do Brasil como província autônoma de Portugal.
      * Apoio a Dom Pedro.
  + Dom Pedro vai para São Paulo.
    - Lisboa envia tropas ao Rio de Janeiro.
  + Setembro de 1822: Proclamação da Independência.
  + Outubro de 1822: Câmaras Municipais aderem à Independência.
    - Pedro é aclamado rei e defensor perpétuo do Brasil em festividade popular.
  + 10 de dezembro de 1822, há exatos 182 anos da ruptura da União Ibérica, Pedro de Alcântara é proclamada Pedro I do Brasil.

Uma imagem contendo foto, em pé, mulher, grupo

Descrição gerada automaticamente

Coroação de d. Pedro I – Jean-Baptiste Debret

**II] O Primeiro Reinado (1822-1831)**

* A Assembleia Constituinte de 1823
  + - Formação do novo ministério: José Bonifácio de Andrada e Silva
    - País fraturado: 11 mil tropas portuguesas contra 13 mil brasileiras.
  + Por que dar uma Constituição ao novo Império?
    - Garantir unidade territorial.
    - Integrar preceitos liberais.
    - Fazer o povo brasileiro.
* 3 de junho de 1823: convocação da Constituinte.
  + Dom Pedro I somente juraria à nova Constituição se a julgasse digna dele.
    - Contornar possíveis excessos liberais.
  + Formação de duas alas:
    - Deputados coimbrãos.
      * Modelo constitucional da França de Louis XVIII.
    - Deputados radicais.
      * Modelo constitucional britânico, com novidades:
        + Impossibilidade de o Imperador dissolver assembleia e de vetar legislação da assembleia.
      * Contra nomeação dos presidentes de província pelo Imperador.
  + Mediador: José Bonifácio de Andrada e Silva
    - * Conciliação sem alterações à ordem centralizadora e à unidade nacional.
      * Oposição ao grande latifúndio e à escravidão, mas conivência inevitável?
      * Ética da responsabilidade / ética da convicção.
* Projeto que vem à tona é de autoria liberal:
  + Rígida separação de poderes.
  + Liberalismo econômico.
    - Mas!
      * Silêncio quanto à escravidão e ao latifúndio.
  + Um artigo altera o equilíbrio: voto seria censitário e indireto, mas o critério de renda era baixo: comprovação mínima de 150 alqueires de farinha de mandioca.
    - Constituição da mandioca!
* 11 de novembro de 1823: Pedro I dissolve a Assembleia Constituinte.
  + Inspiração no movimento português da Vilafrancada: 3 de junho de 1823, pôs-se fim à experiência liberal das Cortes.
    - Restauração do poder absolutista de Dom João VI.
  + No Brasil, a Vilafrancada tornou-se “A Noite de Agonia”.
    - Exílio dos irmãos Andrada.
    - Juras de Pedro I, contudo: daria uma constituição duplamente mais liberal.
* A Carta de 1824
* Aspectos liberais
  + Não era radicalmente diferente do anteprojeto de 1823:
    - Poder executivo: Imperador e Ministros (nomeados pelo Imperador)
    - Poder legislativo bicameral: Câmara de Deputados e Senado vitalício.
      * O conjunto chamava-se a Assembleia Geral do Império.
    - Poder judiciário: Corte Suprema.
  + Garantia de direitos individuais e políticos: novidade em escala mundial.
    - Cidadão? Homem e livre.
    - Alforriados não votavam, a menos que nascidos no Brasil.
    - Menores de 25 anos não votam, excetos casados e bacharéis em direito.
    - Não se exige alfabetização para votar.
    - Voto censitário masculino: renda de 100 mil réis para votar e de 200 mil réis para ser votado.
      * Participação política alta!
    - Artigo 179: gratuidade da instrução pública.
  + Religião católica oficial, mas tolerância com outras matrizes.
    - Padroado mantido.
    - Poder de beneplácito.
* Aspectos conservadores
  + Centralização.
    - Conselho Geral Provincial para cada província: representação popular, mas sem função legislativa.
  + Poder Moderador.
    - Benjamin Constant.
      * Dissolver Câmara de Deputados.
      * Sancionar decretos e resoluções legislativas.
      * Condução da política externa.
      * Irresponsabilidade do Imperador.
  + Conselho de Estado: dez ministros, nomeados pelo Imperador.
    - Conselheiros deveriam ser ouvidos em todos os negócios graves (guerra, ruptura diplomática etc.), mas o Imperador não estava obrigado a seguir as recomendações dos conselheiros.
      * Quatro seções: Justiça e Estrangeiros, Império, Fazenda e Marinha e Guerra.
* A Confederação do Equador (1824)
  + Insatisfações em relação à dissolução da Constituinte e à instituição do Poder Moderador:
    - *O Poder Moderador da nova invenção maquiavélica é a chave mestra da opressão da nação brasileira e o garrote mais forte da liberdade dos povos*, Frei Caneca.
  + Pernambuco é epicentro: imaginário de 1817.
    - Somaram-se Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte.
  + Em julho de 1824, forma-se a Confederação do Equador.
    - Ideais republicanas e federalistas contra portugueses, vistos como monárquicos e centralizadores.
      * Instituir Constituição nos moldes liberais e federativos daquela de Cúcuta, na Colômbia, de 1821.
    - Dom Pedro I era brasileiro?
      * Manuel de Carvalho solicita a intervenção do *State Department* contra a possível ingerência de embarcações inglesas e francesas ancoradas a poucos milhas de Recife.
        + Doutrina Monroe!
  + Os insurretos eram urbanos, de camadas populares.
    - Participaram também comerciantes e proprietários rurais.
  + Tropas reais debelam movimento.
    - Frei Caneca é fuzilado.

**II] O reconhecimento da Independência**

* Teoria declaratória ou constitutiva da independência?
  + Reconhecimento da sociedade internacional era fundamental para a independência.
* Bonifácio envia, em maio de 1822, portanto antes do Grito de Ipiranga, delegação do Reino do Brasil a Buenos Aires.
  + Governo das Províncias Unidas do Rio da Prata reconhecem independência do Brasil em 1823.
  + No mesmo ano, Benin e Onin reconhecem a independência.
  + 1824: Estados Unidos unem-se ao coro, na esteira da Doutrina Monroe.
* Maior dificuldade: conseguir reconhecimento de Portugal e das principais potências europeias:
  + Bonifácio instrui Felisberto Caldeira Brant, autoridade brasileira em Londres, a condicionar a abertura dos portos brasileiros ao reconhecimento da independência.
    - Bonifácio considera caducos os Tratados Desiguais.
    - Caldeira Brant obtém de Georges Canning, secretario de estado britânico no Foreign Office, a disposição de reconhecer a independência do Brasil caso fossem renovados os tratados desiguais e fosse abolido o tráfico negreiro.
      * Bonifácio nega: economia brasileira não suportaria fim do tráfico negreiro, embora fosse contra um projeto escravista para o novo país.
      * Tampouco era favorável à prorrogação dos Tratados Desiguais:
        + O Brasil representava para a Inglaterra, à época, em termos comerciais, metade do exportado para a Ásia, 2/3 do vendido para os Estados Unidos e ¾ do comércio com a América espanhola.

Havia poder de barganha favorável ao Brasil!

* + Incidência da política interna na política externa:
    - Demissão de Bonifácio, em 1823.
  + Dom Pedro I passa a negociar diretamente com Portugal:
    - Lisboa reclama indenização em 2 milhões de libras.
    - Obrigava-se o Brasil a não incluir outras posses coloniais portuguesas em seu projeto independentista.
      * O Reino de Angola apresentou projeto formal de adesão ao Estado brasileiro, que passaria a ter duas margens no Atlântico.
  + Dom Pedro I aceita e obtém reconhecimento de Portugal em 1825.
  + Inglaterra torna-se mediadora do reconhecimento da independência do Brasil por Portugal.
    - Brasileiros cedem às três requisições britânicas: comércio, tráfico negreiro e extraterritorialidade.
    - Pelo tratado anglo-brasileiro de 1826/1827, renovaram-se os privilégios alfandegários e os direitos extraterritoriais por 15 anos.
      * Brasil assina compromisso para findar o tráfico negreiro em três anos, a contar de 1827.
* No mesmo ano que a Inglaterra reconheceu a independência do Brasil, a Áustria juntava-se ao coro, seguida de Rússia (1828) e Espanha (1834).
  + Lei Bernardo Pereira de Vasconcellos (1828).